

ERRATA

ONDE SE LÊ

conceito e Revolução

análíticos

comemoração

deconstruí-la"

francesas

Como, desde então, não ver

que as teriam

as massas urbanas

o repouso feito

mantendo

LEIA-SE

conceito de Revolução

análíticos

comemoração

"deconstruí-la"

franceses

Como então não ver

que teriam

*as massas camponesas mais
que as massas urbanas*

a iniciativa tomada

mantendo

p.7, linha 2

p.7, linha 21

p.8, linha 11

p.10, linha 3

p.10, linha 20

p.17, linha 12

p.19, linhas 4 e 5

p.20, linhas 13 e 14

p.23, linha 19

p.27, linha 15

DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO FRANCESA

CLAUDE MAZAURIC
RÉGINE ROBIN
ALBERT SOBOUL
MICHEL VOVELLE
- DEBATEDORES -

JOÃO QUARTIM DE MORAES
(Apresentação e Revisão Técnica)
Departamento de Filosofia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

EDUARDO MEI
(Tradutor)

textos Didáticos
nº 19 - JANEIRO DE 1996

TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Caixa Postal: 6110

CEP: 13081-970 - Campinas - SP

Tel. (0192) 39.8342

Fax: (0192) 39.33.27

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Direção:

Diretor: Prof. Dr. João Quartim de Moraes

Diretor Associado: Prof. Dr. Armando Boito Junior

Comissão de Publicações:

Profa. Argelina Maria Cheibub Figueiredo - DCP, Profa. Guita Grin Debert - DA,
Profa Maria Clementina Pereira Cunha - DH, Prof. José Carlos Pinto Oliveira -
DF, Márcio Bilharinho Naves - DS e João Quartim de Moraes (Coordenador).

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Elizabeth S. S. Oliveira e Magali Mendes

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Cleusa Schetini e Luiz Antonio dos Santos.

Apresentação

JOÃO QUARTIM DE MORAES

"Os reis, os aristocratas, os tiranos, quaisquer que sejam, são escravos revoltados contra o soberano da Terra, que é o gênero humano e contra o legislador do Universo, que é a Natureza."

Maximilien Robespierre

O primeiro marxista a se interessar a fundo pela Revolução Francesa foi o próprio Marx. O *18 Brumário de Luís Bonaparte*, sem dúvida um dos mais notáveis estudos políticos de todos os tempos, abre-se com o contraste entre a fracassada revolução de 1848, que acabava de se encerrar com o triunfo de um vulgar demagogo cujo único título de glória era ser sobrinho de seu grande tio¹ e a grande

¹ Na verdade, nem isso era. Como notou Marx no capítulo VII do *18 Brumário* (p. 127 na versão francesa das Editions Sociales, 1968) "a tradição histórica fez nascer no espírito dos camponeses franceses a crença miraculosa de que um homem portando o nome de Napoleão devolver-lhes-ia todo o esplendor. Apareceu um indivíduo que se apresentou como sendo este homem porque se

revolução desencadeada a 14 de julho de 1789 pela tomada da Bastilha pelo povo parisiense. O contraste se apoia no adágio de Hegel segundo o qual todos os grandes acontecimentos e personagens da história universal se repetem. Com efeito, comenta Marx, ocorrem duas vezes, só que a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. Assim, cada protagonista do ciclo revolucionário de 1848-1851 constituiu uma réplica frustrada de um nome trágico da grande revolução francesa encerrada com o verdadeiro 18 Brumário (9 de novembro de 1799), quando o primeiro Bonaparte desfechou o golpe de Estado que lhe abriu o caminho do poder imperial. "Em vez de Danton, Caussidière, em vez de Robespierre, Louis Blanc, em vez da Montanha de 1793-1795, a Montanha de 1848-1851, em vez do tio, o sobrinho".

Deste contraste Marx tira duas conclusões fundamentais. A primeira é que as grandes revoluções burguesas buscaram seu paradigma num passado remoto. Lutero envergou a máscara do apóstolo Paulo; Cromwell e o povo inglês extraíram do Velho Testamento o léxico, as paixões e as ilusões necessárias a sua

chamava Napoleão em conformidade com o artigo do Código Napoleão que proclama: "É proibida a investigação da paternidade". (O Código Civil francês, dito Napoleão, elaborado entre 1800 e 1804, quando este já assumira o poder supremo, consolidou juridicamente a pequena propriedade camponesa, resultante da expropriação da nobreza feudal. Donde a veneração do pequeno camponês por Napoleão). A sarcástica observação de Marx sobre o artigo do Código Civil que proíbe a investigação da paternidade é perfeitamente fundada no plano histórico. Luis Bonaparte, rei da Holanda, irmão mais moço do grande Napoleão e pai putativo do futuro Napoleão III, assim se refere a Hortense, sua mulher e mãe deste último, em carta enviada ao papa Gregório XVI: "Casei-me com uma Messalina que está dando à luz". O historiador Octave Aubry, em seu *Le Second Empire* (Paris, 1938, pp. 10-11) menciona este e outros fatos que praticamente não deixam dúvida: Napoleão III não era filho biológico de Luis Bonaparte, nem portanto sobrinho do grande Napoleão.

revolução; Camille Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint Just, Napoleão, os heróis bem como os partidos e a massa da primeira revolução francesa cumpriram, vestidos de Romanos e servindo-se de fraseologia romana, a tarefa de sua época, a saber a eclosão e a instauração da sociedade burguesa moderna. Inspiraram-se pois das virtudes cívicas da velha República Romana para abrir caminho ao capitalismo, lago gelado do cálculo egoísta, subordinação da arte e do engenho humano à lógica do lucro. Tinham de tirar do passado a poesia da revolução que faziam, posto que o futuro que preparavam era cinzento e prosaico. A segunda é que a revolução proletária não tem paradigma no passado. (Hoje diríamos: quando recorreu a paradigmas, descambou para o agora extinto Sorex, também prosaico e cinzento). Por isso, sua poesia está no futuro. Sua maior inspiração é a confiança em que o gênero humano é capaz de superar a ordem do Capital.

Dentre os marxistas do século XX que refletiram em profundidade sobre a Revolução Francesa, bastará evocar aqui Antonio Gramsci. Foi seguramente tomando-a como referência que elaborou uma de suas idéias mais fecundas, a de que uma classe social pode se tornar moral e culturalmente dominante (como a burguesia francesa do século XVIII, identificada à Filosofia das Luzes) antes de se tornar politicamente dominante (com a tomada da Bastilha). A Revolução Francesa e em especial a ditadura revolucionária dos Jacobinos também lhe serviram de contraponto em suas célebres análises do *Risorgimento*. Foi com efeito relativamente à firme determinação dos Jacobinos em levar a dinâmica revolucionária aos mais avançados limites de suas possibilidades históricas (no debate aqui traduzido, Albert Soboul refere a lapidar definição gramsciana

do jacobinismo: aliança da burguesia revolucionária e do campesinato) que Gramsci caracterizou a incapacidade dos revolucionários democrático-burgueses italianos do século XIX para avançar mais além da unificação nacional, que acabou se efetuando sob a égide da monarquia.

Na França, a tomada da Bastilha tornou-se a principal efeméride patriótica, comemorada com bailes e festas populares na noite de 13 de julho, até o amanhecer do dia 14, nas ruas e praças de todo o país, em clima de muita liberdade, igualdade e fraternidade. A Marselhesa, hino da insurreição revolucionária (*Aux armes, Citoyens!*), institucionalizou-se como hino nacional. Longe, porém, de expressar um consenso coletivo, o significado da Revolução de 1789 e sobretudo o de seu máximo aprofundamento em 1793-1794 foi sempre objeto de controvérsias frontais e portanto, um divisor de águas políticas. Não estaremos sendo demasiado esquemáticos se dissermos que a esquerda francesa nela reconhece suas raízes históricas ao passo que a direita se identifica na hostilidade que lhe devota.

A polarização ideológica em torno da Revolução Francesa não nos deve entretanto fazer perder de vista que embora não haja interpretações politicamente neutras, umas são mais objetivas do que as outras. Cairíamos, com efeito, num banal ceticismo ou ecletismo se, confundindo o processo do conhecimento histórico com o processo histórico, reduzíssemos o conhecimento deste à história daquele, isto é, se nas polémicas e confrontos em torno do significado da Revolução Francesa, considerássemos apenas a oposição de pontos de vista. Seja para enfatizar o alcance histórico

da Revolução, como fazem os quatro participantes do presente debate, ou para "deconstruir" o próprio conceito e Revolução (como pretendem François Furet e outros historiadores neo-liberais), os bons pesquisadores (dos quais nenhuma corrente de pensamento tem o monopólio) são obrigados a escavar cada vez mais fundo na documentação histórica, ampliando, nesta medida, ao menos quantitativamente, a massa de informações que permitem pensar a Revolução com conhecimento de causa.

É compreensível que os inimigos da Revolução tenham tomado a iniciativa de pensá-la. Durante as oito décadas transcorridas entre 1789 e a Comuna de Paris, a revolução, para seus amigos, foi na França uma questão muito mais prática do que teórica. A teoria ficou inicialmente por conta de seus inimigos, de Edmund Burke, crítico pioneiro, e notadamente do ultra-reacionário Joseph de Maistre, o mais importante doutrinário da contra-revolução monárquico-clerical. Em meados do século XIX, publicaram-se os dois primeiros grandes estudos consagrados ao processo revolucionário de 1789-1799, *Histoire de la Révolution*, de Michelet (1847-1853) e *L'Ancien Régime et la Révolution*, de Tocqueville (1856), ambas apresentando reconhecidos méritos (sobretudo literários em Michelet e analíticos em Tocqueville) e marcada hostilidade aos Jacobinos. O terceiro grande estudo consagrado ao tema no século XIX é o de Taine, *Les origines de la France contemporaine* (1876-1893), de orientação tão ou ainda mais marcadamente contra-revolucionária.

Só no início do século XX surgiram os primeiros estudos de envergadura enfatizando positivamente o alcance histórico da

Revolução. Claude Mazauric na Introdução de seu notável *Jacobinisme et Révolution* vincula tal inflexão ao fato de que em 1889, quando cumpriu seu primeiro centenário, "pela primeira vez a Revolução francesa foi oficialmente... comemorada como momento fundador da República e, indissociavelmente, da França nova".² Esta inflexão teórica resultou, por sua vez, da derrota da direita monarquista nas eleições de 1885, fechando um ciclo reacionário marcado pelo esmagamento da Comuna de Paris em 1871. Sem pretender derivar mecanicamente da mudança de atitude política a mudança de orientação teórica na história da história da Revolução Francesa, o fato é que após a comemoração do primeiro centenário começaram a surgir estudos de grande envergadura pondo em evidência sua importância fundamental. Entre 1901 e 1904, Jean Jaurès publicou sua *Histoire Socialiste de la Révolution Française*. Duas décadas depois, foi a vez do notável clássico de Albert Mathiez, *La Révolution Française* (1922-1927), em três volumes. Georges Lefebvre, continuando a obra de Mathiez, publicou em 1937 *Les Thermidoriens* e em 1946 *Le Directoire*.³ Ernest Labrousse prosseguiu na mesma senda teórica, com o notável *Le XVIII siècle, Révolution intellectuelle, technique et politique (1715-1815)*, no tomo V da *Histoire générale des civilisations*. Com Albert Soboul, enfim, cuja obra, como a de Labrousse, afirmou-se ao longo dos anos 50, entramos no contexto do debate aqui apresentado.

² O livro de Mazauric, que tem como sub-título *Em torno do bicentenário de Oitenta e nove*, foi publicado em 1984, Paris, Éditions Sociales. A passagem citada está na p. 27.

³ Vale a pena consultar, sobre Georges Lefebvre, o comentário de Armando Boito, publicado em *Primeira Versão* (IFCH,44/1992), *Crise política e Revolução : o 1789 de Georges Lefebvre*.

É importante acrescentar que em 1972, quando ele ocorreu, os estudos críticos enfatizando os aspectos negativos da Revolução e colocando-lhe em dúvida o significado e o alcance histórico, haviam ganho novo alento. François Furet, em parceria com Denis Richet, já havia publicado *La Révolution Française* (em dois volumes: Paris, Hachette, 1965-1966), que exerceu forte influência no sentido de pôr em questão a própria idéia de revolução. Efeitos convergentes estavam exercendo as teses do historiador britânico Alfred Cobban sobre o caráter essencialmente político da Revolução, que não teria base social coerente. Os quatro historiadores marxistas da Revolução Francesa participantes do debate rebatem estas críticas, mostrando os contestáveis pressupostos em que apoiam.

É tempo de apresentá-los. Albert Soboul já havia então produzido uma obra unanimemente respeitada pela densidade e profundidade historiográfica, na qual se incluem, além dos livros citados mais adiante na apresentação dos debatedores, *L'an I de la Liberté* (textos e comentários), Paris, Éditions Sociales, 1950; *L'Encyclopédie* (textos escolhidos) pela mesma editora em 1962; *Saint-Just* (Discursos e Relatórios) idem, 1957; *Les campagnes montpelliériennes à la fin de l'Ancien Régime* (Paris, P. U. F., 1958) e *Les soldats de l'an II* (Paris, Club Français du Livre, 1959). Michel Vovelle adquiriria muita notoriedade ao longo dos anos 70 e 80 graças a ampla gama de estudos que abrangem obras maiores como *Ville et campagne au XVIII siècle (Chartres et la Beauce)*, *Religion et Révolution, la déchristianisation de l'an II* e excelentes opúsculos tratando de temas como a origem da "Marselhesa", a mentalidade dos "sans culotte", etc. Claude Mazauric assumira com muito talento, erudição e firmeza intelectual, a defesa não tanto da

interpretação marxista da Revolução Francesa, mas da própria idéia de Revolução, face ao revisionismo dos historiadores liberais empenhados em "deconstruí-la". Seu *Sur la Révolution Française*, publicado em 1970, já lhe valera um ácido ataque de François Furet.⁴ (Foi o início de uma polêmica entre ambos que prosseguiria ao longo dos anos 70 e 80). Régine Robin havia publicado seu notável estudo (citado mais adiante) de história local da sociedade francesa no final do Ancien Régime, elogiado até por François Furet.⁵ Suas intervenções no debate são particularmente incisivas. Por exemplo, quando denuncia "o empirismo na História" (= deduzir do fato de que os membros da Convenção Nacional revolucionária não eram predominantemente industriais e sim advogados, a conclusão de que não houve em 1789-1793 uma revolução burguesa). De modo geral, as questões levantadas pelos quatro debatedores antecipam as polêmicas em que iriam se confrontar, por ocasião do Bicentenário, não somente historiadores marxistas e liberais, mas também os amigos e os inimigos da Revolução Francesa.

A decisão de traduzir e publicar na coleção *Textos Didáticos* do IFCH/UNICAMP este debate travado em 1972 entre historiadores marxistas francesas se inscreve nas atividades acadêmicas do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) do IFCH. Agradecemos, em nome do CEMARX, à Coordenação de Pós-graduação do IFCH, que financiou a tradução do texto que a seguir apresentamos.

⁴ No artigo agressivamente intitulado "Le catéchisme révolutionnaire", in *Annales*, 2, 1971. Mazauric responde, de maneira a nosso ver muito convincente, na Introdução a *Jacobinisme et Révolution*.

⁵ Cf. François Furet, *Penser la Révolution Française*, Paris, Gallimard (coleção Folio-Histoire) 1989, p. 156. (A edição original de *Penser la Révolution* é de 1978).

Debate sobre a Revolução Francesa^{6*}

DEBATADORES:⁷

CLAUDE MAZAURIC

Professor-assistente na Universidade de Rouen. Apresentou e anotou *Textes choisies de Babeuf* e publicou *Sur la Révotution Française* pela Éditions Sociales.

RÉGINE ROBIN

Professora-assistente na Universidade de Paris X - Nanterre. Publicou *La société française en 1789: Semur-en-Auxois*, pela Éditions Plon, 1970.

⁶ Publicado originalmente em *L'Humanité* de 18 de fevereiro de 1972.

* Tradução de EDUARDO MEI (Núcleo de Estudos Estratégicos/UNICAMP). Revisão do prof. JOÃO QUARTIM DE MORAES (Dept^o de Filosofia do IFCH/UNICAMP).

⁷ O curriculum dos debatedores é o que consta do original. Refere-se portanto, quanto à situação acadêmica de cada um, ao ano de 1972.

ALBERT SOBOUL

Professor na Sorbonne. Publicou *Précis d'histoire de la Révolution française*, apresentou e anotou *Histoire socialiste de la Révolution française*, de J. Jaurès, pela Éditions Sociales. Sua tese, *Les Sans-Culottes parisiens en l'an II*, foi publicada pela Librairie Claveuil, 1958.

MICHEL VOVELLE: professor na Universidade de Aix-en-Provence. Apresentou e anotou *Textes choisis de Marat* pelas Éditions Sociales. Sua tese *Sur la piété baroque et la déchristianisation* foi publicada pela editora Plon. Publicou *La chute de la monarchie, 1787-1792*, pelas Éditions du Seuil.

Claude Mazauric: Presenciamos atualmente numerosos e multiformes questionamentos do sentido da Revolução Francesa, tal como foi resgatado por toda uma série de historiadores materialistas e em particular pelos que tomam como referência o materialismo histórico. No essencial, esse questionamento se articula em torno de algumas questões.

Primeiramente, a Revolução Francesa foi uma revolução burguesa? Segundo o historiador britânico Alfred Cobban e seus discípulos, a Revolução foi uma revolução política sem substrato social coerente. Foi um acontecimento considerável mas que não teve consequência sobre as transformações sociais e econômicas do mundo contemporâneo. Esse ponto de vista conduz de alguma maneira a dissociar a Revolução da fase de implantação do capitalismo.

Segunda questão: a Revolução Francesa teria tido um caráter de *necessidade*? O que equivale a perguntar se a sociedade do Antigo Regime poderia evitar a crise revolucionária. Vê-se bem que a tese explicitamente combatida é a de Marx, segundo o qual a crise da formação social do Antigo Regime, traduzindo de alguma maneira as contradições do modo de produção feudal, trazia embutida uma revolução que levaria a uma modificação essencial das relações sociais de produção.

Constata-se enfim que o questionamento apresenta todas as características de uma batalha simultaneamente polêmica e ideológica. No tempo presente, visa essencialmente a jogar farpas contra o materialismo histórico. Visto numa perspectiva mais ampla e na tradição historiográfica americana, ele tende a dissociar a

Revolução em sua dimensão política das contradições inclusas na sociedade do Antigo Regime, a qual, de resto, é concebida segundo os termos de uma sociologia idealista. O objetivo é igualmente límpido: trata-se de limitar a audiência das teses materialistas e do marxismo.

No plano dos princípios de métodos, a tarefa atual dos historiadores marxistas deveria ser, na minha opinião, marcar nitidamente o que os separa das interpretações, digamos, "esquerdistas", que visam evacuar a realidade da revolução propriamente burguesa em proveito de uma visão populista ou proletária da Revolução; e, doutra parte, as interpretações de direita que vêem na Revolução apenas uma crise política e ideológica situada no nível das "elites", a ação das massas populares sendo somente uma espécie de acréscimo mais ou menos dramático mas não trazendo nada de essencial ao desenvolvimento do processo revolucionário propriamente.

Régine Robin: Temos, ao que me parece, duas batalhas a travar. Elas estão ligadas. Há primeiramente um requestionamento histórico, que visa atingir o materialismo histórico, o leninismo.

Além disso, há um outro ataque, menos frontal, com objetivo político: procurando eliminar do processo revolucionário as massas populares, esquiva-se o problema das alianças num processo revolucionário. Vê-se aonde leva - na França de hoje, por exemplo - o fato de esquivar o problema decisivo das alianças.

Albert Soboul: A Revolução Francesa foi uma revolução burguesa? Pode-se entender tal questão em diversos sentidos. Primeiramente: quais foram os homens que conduziram a revolução? Doutra parte: para quem ela foi vantajosa?

Quanto à primeira questão, coloca-se aqui um problema conceitual: o que é a burguesia do Antigo Regime? O que é a burguesia revolucionária? É certo que não é uma burguesia de empresários, de capitalistas – para retomar o tema adiantado pelo historiador inglês Cobban – que conduziu a revolução. Para retomarmos essa argumentação, o essencial dos membros das assembléias revolucionárias pertenciam às profissões liberais, mais ou menos integradas no sistema social do Antigo Regime. Não é menos verdade porém que esses homens esposavam interesses econômicos muito precisos. E por outro lado, esses interesses econômicos eram representados por alguns grupos no seio mesmo das assembléias revolucionárias, enquanto se exercia do exterior a influência de grupos de pressão extremamente eficazes. Assim, por exemplo, o grupo de pressão dos interesses coloniais, o do grande comércio marítimo, que agiram na Assembléia Constituinte com notória eficácia.

A Revolução Francesa foi conduzida por uma burguesia revolucionária que, conscientemente ou não, defendeu as posições das categorias integradas nos setores novos da economia. Revolução burguesa? Podemos compreendê-la também num outro sentido: quais foram os resultados da revolução? É evidente que a nova sociedade, burguesa e capitalista, não sai toda pronta da própria revolução. O processo revolucionário é muito mais complexo. A

Revolução Francesa permitiu a instauração da nova sociedade pela destruição de todos os quadros da sociedade antiga com sobrevivências feudais. "Faltava romper os grilhões, como escreveu Marx, eles foram rompidos." Foi a Revolução Francesa que rompeu esses grilhões; permitindo assim à nova sociedade se desenvolver para finalmente alcançar a maturidade sob o Segundo Império: sociedade burguesa e capitalista.

Claude Mazauric: É necessário precisar os níveis da reflexão. Devem-se distinguir, como fez Marx, o modo de produção e a formação social que é sua tradução e suporte. A Revolução Francesa rompe a formação social, isto é, para simplificar, a sociedade do Antigo Regime, mas fazendo isso ela prepara o terreno para a implantação das relações de produção capitalistas. A revolução funda uma nova formação social dominada pela burguesia enfim desembaraçada dos entraves institucionais que freavam seu desenvolvimento no fim do século XVIII, a começar pelo privilégio que era o elemento estruturante da sociedade do Antigo Regime. No próprio curso da revolução, a questão se colocou em termos de poder de classe. A questão, de fato, era esta: quem dispõe do poder? A quem pertencem os instrumentos do poder e os meios de ação que lhe estão ligados? Qual política foi operacionalizada? Para nós, essa interrogação é de importância pois se consideramos a revolução como uma simples transição entre dois modos de produção, talvez se estabeleça um esquema teórico aceitável, mas não se faz obra de historiador. Em particular, deixa-se de compreender como as diversas frações da burguesia se dividiram no plano da orientação política. Na sociedade francesa, em 1789, a burguesia é diversa e o

estatuto das formações que a compõem é freqüentemente contraditório.

Régine Robin: Sim, é preciso denunciar por toda parte o empirismo na História, o argumento simplista que consiste em dizer: os constituintes, os membros do Legislativo e os *convencionais* são majoritariamente advogados e não industriais e manufactureiros. Portanto a Revolução não é burguesa. Visão mecanicista e empirista! O essencial é procurar precisamente o caráter daquilo que está sendo implantado: o que é que se destruiu? Qual é a coerência institucional que se implantou, quem lucra com ela, a médio e longo prazos? A quais interesses o novo poder serve?

Como, desde então, não ver o caráter precisamente burguês da Revolução. Que os processos se dão de maneira extraordinariamente complexa e contraditória, isso é a história, precisamente, e não um jogo de esquemas abstratos. Que os grupos façam a revolução usando fantasia de romanos ou qualquer outra, é sempre sob determinada indumentária, para retomar a metáfora de Marx, que eles tomam consciência das lutas e as levam até o fim. Que o meio social de tal ou qual, os discursos explícitos de tal ou qual se encontram aparentemente em contradição com a implantação do liberalismo econômico não impede de pensar que é precisamente através desses processos contraditórios e complexos que a França opera sua passagem, que lhe é específica, para a sociedade capitalista.

Michel Vovelle: Para compreender o aparente paradoxo de algumas descobertas recentes (e importantes) – de que metade dos

membros das academias de província, propagadores no século XVIII da mensagem das Luzes são aristocratas – é preciso primeiramente se voltar para uma definição estrita, científica da noção de burguesia, definida pela posse dos meios de produção numa sociedade fundada não sobre a renda mas sobre a busca do lucro. Mas a partir desse acesso científico sem dogmatismo, poderemos reinserir as contribuições mais novas da pesquisa de campo, das múltiplas pesquisas sobre as sociedades urbanas que se esforçam por analisar a riqueza, as rendas, as atitudes tanto dos grupos que constituem a burguesia quanto dos que lhe são próximos. Meio de ir além do paradoxo, às vezes das aparências. Há ligação entre uma contribuição ideologicamente fundada e a prática da pesquisa empiricamente conduzida. O que se pode reprovar nos que recusaram a noção de "Revolução burguesa", é ter confundido a resposta com esse empirismo.

Claude Mazauric: Então, o que resta agora da necessidade da Revolução?

Para evitar um debate abstrato e, no limite, uma discussão retórica, mais vale se perguntar se em 1789 a sociedade francesa em crise podia dispensar uma revolução social. E, a esse respeito, eu não acho que a burguesia tenha tido imediatamente uma clara consciência da Revolução na qual se engajava nem um projeto elaborado. Na verdade, ela exigia apenas reformas radicais, uma nova estrutura política fundada sobre a abolição dos privilégios, essenciais aos seus olhos, que a aristocracia dirigente detinha. É o fracasso das reformas e a resistência dos privilégios que a conduziu à revolução.

No próprio curso da primeira fase da Revolução – fase liberal – ela jamais negligencia a possibilidade de achar os termos de um compromisso aceitável com a nobreza e o clero. Mas o fracasso de todas as tentativas de acordo, a luta das massas camponesas que as teriam pago a conta de um tal acordo, depois a obrigação de ganhar a guerra deram à burguesia sua plena "vocação" revolucionária.

Albert Soboul: Para melhor compreender essa noção de necessidade histórica da Revolução Francesa é preciso partir de uma análise da sociedade do Antigo Regime, a fim de sublinhar suas contradições fundamentais e a incapacidade em que se encontrava a monarquia de resolvê-las. Subscrevo o que foi dito sobre a ausência nas fileiras da burguesia de "projeto" revolucionário coerente, antes da Revolução, e sobre a radicalização da Revolução, sob o próprio peso dos acontecimentos.

Essa radicalização está ligada à atitude da aristocracia. Necessidade histórica da Revolução Francesa? Ela deve ser entendida, com efeito, não somente sob o ângulo da radicalização do movimento revolucionário com relação à burguesia, mas também sob o ângulo da resistência cada vez mais forte da aristocracia contra todas as tentativas de reformas conduzidas pela burguesia. Há um encadeamento lógico na história da Revolução a partir da resistência da aristocracia. Se analisamos as posições econômicas da aristocracia, suas opções sociais, ideológicas, e isso qualquer que seja a penetração em algumas de suas camadas da ideologia das Luzes, e portanto malgrado a existência de uma espécie de elite das Luzes, constatamos que o essencial da ordem e da classe – ordem: nobreza, classe: aristocracia – está indissolivelmente ligado ao antigo estado da

sociedade, e não quer por preço nenhum abandonar o que sustenta sua preponderância social. É a partir daí que podemos compreender os fracassos das tentativas de reformas da monarquia antes da Revolução, como os fracassos sucessivos dos compromissos aos quais a burguesia se amarraria.

No momento em que há recusa da aristocracia a toda reforma, a todo compromisso, que essa recusa aristocrática se concretizou muito precisamente na emigração, na contra-revolução e na guerra, há, por contragolpe, necessariamente radicalização da atitude revolucionária da burguesia e, ao mesmo tempo, radicalização da revolução popular.

Pois é preciso aqui fazer intervir as massas populares sejam elas urbanas sejam camponesas. Na primeira etapa da Revolução, as massas urbanas: pois é sobre elas que repousa todo o peso do Antigo Regime e das sobrevivências do feudalismo. A recusa do compromisso com o qual a burguesia se contentaria não vem somente da aristocracia: vem também das massas camponesas. O que elas queriam era a destruição total do feudalismo. É nesse sentido que na primeira fase da Revolução, até 1792-1793, o elemento motor da Revolução foi constituído em larga medida pelas massas camponesas que recusaram todo compromisso face a uma aristocracia que, na verdade, não o queria. É nesse sentido que eu falava de encadeamento lógico e de necessidade histórica no desenvolvimento e na radicalização da Revolução.

Régine Robin: Tudo o que a monarquia pôde fazer, ela tentou. Sem entrar no detalhe, pode-se dizer que inconscientemente, de

maneira intuitiva, sem que a monarquia visse precisamente para onde ia, ela tentou constituir uma espécie de classe dominante única que integrasse alguns elementos da nobreza e alguns elementos da burguesia, numa espécie de despotismo esclarecido à francesa. Isso se manifesta em toda sorte de símbolos: encorajamento do liberalismo econômico, da racionalização do Estado, da ampliação do mercado nacional, das tentativas reiteradas para fazer os privilegiados pagarem impostos.

Coloca-se assim o problema da natureza do Estado no fim do Antigo Regime, problema ainda não resolvido, na minha opinião. Como constituir essa classe dominante única sem trazer prejuízo às distinções de hierarquia e de privilégio? Eis o impasse do qual a monarquia não pode sair, sobretudo considerando que as contradições no seio do Antigo Regime, os conflitos de classe, eram muito complexos. Tentei há alguns anos analisar o estatuto ambíguo da burguesia sob o antigo Regime, burguesia-de-antigo-regime de base administrativa e rentária e burguesia no sentido estrito; classe exploradora, que se apropria da mais-valia do trabalho camponês, do semi-assalariado, do artesão, etc. **Classe de exploradores mas não dominante.** Todo o problema está aí.

Como tornar-se como a nobreza, simultaneamente classe exploradora e dominante, e ter nas mãos um aparelho de Estado que garanta de só uma vez a reprodução da exploração, a dominação política e a hegemonia ideológica? O que faz obstáculo à constituição de uma espécie de "gentry" à francesa, é a estrutura de privilégio no sentido forte, na estrutura de ordem. Se a monarquia tivesse, não apenas em aparência, tendência a esquecer "os

monumentos da história e da jurisprudência" que garantiam a desigualdade jurídica, os Parlamentos, cidadela da resistência aristocrática, não veriam jamais sua vigilância fracassar.

Essa classe dominante única de proprietários que não chega a se constituir na realidade se realiza ludicamente no imaginário, no nível da ideologia, nos discursos e nos estatutos pseudo-igualitários das academias, das lojas maçônicas, etc., onde se enumeram burgueses e nobres falando a mesma linguagem, a das Luzes. Essa ideologia é precisamente o índice de um problema real (as tentativas de compromissos entre nobreza e burguesia desde a segunda metade do século XVIII), e ao mesmo tempo, ela constitui uma máscara, uma ocultação da estrutura do privilégio, que resolve pela magia do léxico das Luzes contradições insuperáveis na realidade social.

Michel Vovelle: Claude Mazauric lembrou duas noções: a de compromisso (o "compromisso" era possível?) e também a de elite. Os dois problemas estão ligados. Para que fosse possível o compromisso que dispensasse a Revolução, era preciso que a constituição de um grupo dirigente fosse viável a partir de uma clivagem não sócio-econômica, mas essencialmente cultural e ideológica. Ora, ao que parece, no estado atual dos estudos sobre a elite é que se descobre um grupo que lê, mais ou menos, os mesmos livros, que participa da mesma cultura e parcialmente da mesma sensibilidade. Mais ainda, elite burguesa e aristocrática convergem a respeito da liberdade, do progresso, da razão. Mas precisamente, é no nível da ideologia, das opções coletivas que a unanimidade de superfície se revela frágil, como pude constatar em minhas pesquisas

sobre a prática religiosa e a sensibilidade coletiva, onde o contraste se revela flagrante entre nobres e burgueses.

Devemos nos perguntar também se a identidade de linguagem não esconde, muito freqüentemente, uma leitura radicalmente diferente. Ligam-se por esse viés ao problema do "compromisso"; e sobre o fato de que a burguesia, se podemos afirmá-lo, não buscou a revolução. Ela é que propôs compromissos. Quando estudamos, durante a pré-revolução de 1788-1789 o que chamarei "o caso de Grenoble", episódio maior em que se afirmaram Barvane e Mounier, pode-se ver que o compromisso que então foi proposto à nobreza era verdadeiramente o mais vantajoso que podia ser-lhe oferecido já que, em troca das liberdades políticas formais, confirmava toda a estrutura social do Antigo Regime. Ora, esse compromisso, foi a própria aristocracia que recusou; portanto onde está a "elite"?

Albert Soboul: Nesse processo de radicalização da revolução burguesa, houve um fator negativo: a contra-revolução; e um fator positivo: o ímpeto das massas. Desse ponto de vista, insistirei muito sobre o papel do campesinato na primeira fase da Revolução; depois sobre o repouso feito pelas massas populares urbanas a partir de 1792-1793. Talvez se quiséssemos tomar uma visão global da revolução e de seu processo, precisaríamos qualificá-la essencialmente pelo jacobinismo de 1792-1793, definido por Gramsci como a aliança da burguesia revolucionária e do campesinato.

Mas após a destruição do feudalismo, a iniciativa foi retomada pelas massas populares urbanas. Aqui intervém o fator nacional,

ligado ao conteúdo social e revolucionário da guerra. As guerras da revolução foram guerras revolucionárias: freqüentemente se esquece. O perigo da pátria mobilizou as massas urbanas tanto como a crise de abastecimento e o problema social. O elemento motor que impele a revolução adiante, não é mais então as massas camponesas para quem a revolução acabou, mas as massas urbanas.

E na consciência dessas massas urbanas o fator nacional exerce um papel essencial por seu conteúdo social. Aquilo pelo que o povo combate é a nova nação com um conteúdo anti-feudal, anti-aristocrático.

Se quisermos marcar o fim do processo de radicalização, no que concerne às massas camponesas, diremos 1793. No que concerne às massas populares urbanas, eu pensaria antes na primavera de 1794. A aliança entre a burguesia revolucionária e as massas urbanas foi então rompida: o dia 9 do *thermidor* e a derrubada do governo revolucionário tornaram-se então possíveis.

Claude Mazauric: Jamais qualquer revolução teve o caráter de um fato pontual. O resultado de um processo revolucionário não está inscrito nos fatos desde seu início: é preciso lembrar a Rússia de 1917, evocar o Chile de hoje? É preciso marcar portanto as etapas. Há uma fase ascendente da Revolução Francesa marcada pela destruição cada vez mais sistemática de tudo o que podia favorecer um retorno ofensivo do Antigo Regime. Houve fase ascendente porque a contra-revolução, incluída no próprio processo revolucionário, não cessou de compelir o movimento revolucionário a ir adiante. Além disso, as massas camponesas

decepcionadas pela legislação de abolição parcial do feudalismo em 1789-1790 não cessaram de lutar por uma abolição completa de todas as sujeições de origem feudal ou senhorial. É essa luta que tornou possível um compromisso entre a aristocracia fundiária, que tirava seu poder econômico da exploração das massas rurais, e a parte da burguesia que estava decidida a consolidar algumas formas da economia senhorial como contrapartida do novo direito público elaborado em 1789.

Michel Vovelle: Eu gostaria de insistir na noção de "movimento ascendente". Ela não supõe necessariamente que nos abriguemos atrás de algum finalismo dogmático e esclerosante. Para fazer uma comparação simples, quem pensaria em tratar da Revolução de 1848 sem admitir que houve um período durante o qual as coisas andam, a revolução progride, depois um período durante o qual as coisas recuam? Por comparação, o que permite tergiversar quando se trata da Revolução Francesa é que ela não teve a brevidade e o caráter relativamente simples do enfrentamento de 1848. Em 1789, é a troca do posicionamento burguês pelo ímpeto camponês, depois pela mobilização popular urbana que justifica o prosseguimento e ao mesmo tempo a complexidade real do que se pode chamar sem nenhum finalismo de "movimento ascendente" da revolução.

A burguesia nos seus elementos mais conscientes teve a visão da importância do perigo contra-revolucionário que minimizam, a seu bel-prazer, os historiadores de hoje... Que conhecem a seqüência dos acontecimentos.

A burguesia não teria podido, face ao perigo contra-revolucionário, se furtar da aliança, sem dúvida conjuntural mas essencial, com as massas camponesas que lhe permitiu fazer aprovar uma parte de suas conquistas mais importantes.

Por mais paradoxal que seja, pode-se dizer que é o "grande medo" com o qual a burguesia se apavorou que, pelas conseqüências da noite de 4 de agosto, levou ao golpe mais decisivo no antigo sistema das relações sociais: a burguesia constituiu a maior ganhadora da revolta camponesa de 1789. Coligação de fato que não exclui antagonismos bastante reais...

Claude Mazauric: Compreende-se a fórmula "fase ascendente" em termos de aliança de classes contra o Antigo Regime. Quando este foi destruído, essa conjunção, algumas vezes já contestada na prática - pensemos na Vendée, na resistência camponesa às requisições e ao recrutamento de tropas - não mais encontrou razão de ser, salvo quando o Antigo Regime mostrou-se capaz de se manifestar através de alguns sobressaltos episódicos...

Albert Soboul: Poder-se-ia pensar que a importância dos movimentos camponeses e *sans-culotte* que sublinhamos minimiza o caráter burguês da revolução. É preciso entretanto sublinhar muito fortemente de uma vez por todas a unidade da revolução e sua diversidade. Unidade da revolução: todas as categorias opostas à aristocracia constituíram uma frente revolucionária. Essa aliança foi mais que conjuntural. Ela emerge das estruturas profundas do Antigo Regime: a Revolução Francesa foi efetivamente anti-feudal,

anti-aristocrática, nacional e unitária. (A República una e indivisível). Mas no interior dessa unidade revolucionária devemos sublinhar a especificidade dos movimentos camponeses e *sans-culotte*.

Régine Robin: Apenas uma palavra sobre os entraves do desenvolvimento do capitalismo na França. Diz-se às vezes que um desses entraves viria da consolidação do campesinato na terra. É em parte verdade, mas o campesinato já existia antes da revolução. O problema a esse propósito me parece mal colocado. É como se a burguesia tivesse todas as escolhas possíveis. A aliança com as massas lhe foi imposta pelas próprias massas sem as quais ela jamais teria podido vencer a contra-revolução. Não há um "modelo" da passagem para o capitalismo válido para todos os países: a transição coloca problemas decisivos. Lênin distinguiu duas vias de passagem para o capitalismo, a via prussiana (grandes propriedades mantendo características ainda feudais e a expropriação maciça da massa camponesa) e a via "americana" (pequeno e médio campesinato em concorrência no mercado). No primeiro caso, diz Lênin, via não revolucionária, os camponeses são esmagados; no segundo, o domínio senhorial é destruído de maneira revolucionária. A generalização da propriedade camponesa não basta para explicar a lentidão do desenvolvimento do modo de produção capitalista na França.

Seria preciso aprofundar coletivamente o conceito de transição. O poder político que se instaurou revolucionariamente a partir de 1789 é burguês, implanta um conjunto legislativo favorável à burguesia, uma nova legalidade, mas as forças produtivas estão longe

de corresponder ao nível dessa legalidade e das novas relações de produção. Donde, como em todo período de transição, o primado da luta política e as peripécias dessas lutas e as repercussões das guerras puderam freiar o progresso das forças produtivas. É preciso ainda levar em conta a herança sócio-cultural que dirige as classes proprietárias para a compra de terras, símbolo de prestígio social, mais do que para o investimento industrial e para o serviço do Estado. Todas essas razões, na minha opinião, se sobredeterminam. O que é preciso teorizar é a especificidade da transição para o capitalismo em sua fase ampliada, da formação social francesa.

Albert Soboul: Ao fim desse debate se afirma a necessidade de uma reflexão crítica sobre nossos métodos, a necessidade também de pesquisas novas em nossa linha de pensamento. Toda pesquisa é útil, sob a condição de que ela parta de conceitos cuidadosa e claramente elaborados.

Pesquisas novas que poderiam debruçar-se sobre os problemas sociais do Antigo Regime, a fim de chegar a um refinamento de conceitos que nos permitiriam ir mais adiante na análise.

Em ligação com esses problemas sobre o Estado e a sociedade do Antigo Regime, pesquisas ainda sobre as Luzes, sobre sua difusão nas diversas categorias sociais em função dos próprios interesses sociais.

Enfim, pesquisas sobre a revolução propriamente. Dois temas. Sobre os movimentos camponeses nos departamentos, tendo como objetivo a síntese que nos falta. Sobre o jacobinismo,

simultaneamente em sua acepção social e no plano político propriamente dito: a prática jacobina. Nas atuais condições de dispersão das pesquisas, o Centre d'Etudes et de Recherches Marxistes⁸ (CERM) poderá constituir um lugar de reunião e reflexão dos pesquisadores que se interessam pela Revolução Francesa. Ela permanece sempre viva e sempre atual.

⁸ Centro de Estudos e de Pesquisas Marxistas.

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA
REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0192) 39.8342

Telex: (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327

Correio Eletrônico: pubifch@turing.unicamp.ansp.br